

Enredo patético

Rogério L. Furquim Werneck*

A forma inconsequente com que o governo se vem permitindo conduzir a crise energética parece extraída de um patético enredo de filme-catástrofe.

Há várias décadas Hollywood vem despejando no mercado cinematográfico um fluxo interminável de filmes-catástrofe. O gênero é mais do que conhecido. Dispensa definição mais precisa. Quase tudo é de qualidade lamentável, mas os muitos casos de sucesso espetacular de bilheteria mostram que, mundo afora, há grande demanda por cinema catástrofe. E tudo indica que a demanda vem crescendo, na esteira das inovações tecnológicas que têm possibilitado efeitos especiais cada vez mais convincentes.

O gênero inclui dois tipos de filme. De um lado, há os que versam sobre catástrofes inevitáveis, como terremotos, tsunamis, deslizamentos de montanhas e colisões de corpos celestes com a Terra. De outro, os que tratam de catástrofes perfeitamente evitáveis que, no entanto, acabam ocorrendo, por causa de erros humanos. São esses que aqui merecem atenção.

Filmes desse tipo costumam apelar para um mesmo truque para prender a atenção da plateia. O espectador sabe perfeitamente que a catástrofe pode ser evitada. E, com alguma aflição, acompanha uma trama em que a insensatez acaba prevalecendo. O que muda de filme para filme, além da catástrofe específica, é a natureza da inconsequência imediatista dessa insensatez. Pode ser um prefeito que não quer estragar o pico da temporada de praia, como em *Tubarão*; ou um empresário que se recusa a adiar a inauguração de uma torre de 140 andares, feericamente iluminada, mesmo tendo sido informado de que as instalações elétricas haviam sido feitas com material subdimensionado, como em *Inferno na torre*; ou, ainda, um dono de companhia de navegação que, fixado na repercussão da quebra do recorde de travessia do Atlântico Norte, força o capitão de um transatlântico em viagem inaugural a manter as máquinas a pleno vapor numa região de alta incidência de icebergs, como em *Titanic*.

Na gestão da crise energética, assiste-se agora ao desenrolar de uma trama similar. Mas em clima incomparavelmente mais dramático, porque não se trata de ficção, mas da dura realidade. A sinopse é bastante simples. Uma presidente, em campanha para se reeleger, tenta a todo custo evitar que o eleitorado perceba a extensão da precariedade da oferta de energia elétrica com que conta o País.

Esse quadro tão grave poderia ter sido evitado se, há meses, o governo tivesse deflagrado estímulos à conservação de energia. Mas, tendo feito e desfeito o que bem entendeu no setor elétrico por mais de uma década, a presidente recusou-se a incorrer no custo político de reconhecer que havia um problema de insuficiência de oferta de energia a enfrentar. Muito pelo contrário, continuou insistindo em ruínoza escalada de subsídios ao consumo de energia elétrica. E apostou todas as fichas na possibilidade de que os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas se recuperassem com as chuvas do verão.

Com o fim da estação chuvosa, nesse final de abril, já não há mais espaço para ilusões sobre o desfecho de tal aposta. Os especialistas mais conceituados da área já estimam em quase 50% a probabilidade de que um racionamento de energia elétrica se torne inevitável. Sugerem que o mais prudente seria o anúncio de um racionamento já em maio. E alertam que quanto mais tarde for anunciado, mais profundo, prolongado e custoso terá de ser o racionamento. (Ver entrevista recente de Mario Veiga Pereira em <http://zip.net/bsncp8>)

A cinco meses das eleições, a presidente considera tal proposta impensável. Prefere redobrar a aposta na sorte. E, nesse quadro, o que os especialistas mais temem é que o governo parta para o que rotulam de estratégia camicase: simplesmente deixar que os reservatórios se esvaziem – até 10% da capacidade, se necessário – e que a bomba estoure depois de outubro.

Na verdade, o que o País está presenciando nessa área é a alarmante filmagem de um documentário-catástrofe.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.